

Delfim também prometeu solução com máxi de 79

"Chegamos, pois, a uma situação em que não havia o controle das políticas monetária, fiscal, cambial e salarial", admite o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, ao justificar a primeira maxidesvalorização do cruzeiro — também de 30% — em 7 de dezembro de 1979, e em seguida faz previsões otimistas sobre o futuro que não se cumpriram.

Os argumentos são muito semelhantes aos que hoje se repetem, em defesa de nova máxi, invocada mais uma vez para resolver os mesmos problemas do passado. O texto a seguir resume os principais trechos da ata da reunião do CMN de dezembro de 79 na parte que se refere às exposições do Ministro Delfim Neto.

"Com a Resolução nº 432, de 23.06.77, o Governo havia perdido o controle da política monetária, sendo guiado de acordo com a vontade e os humores do setor privado, que colocava ou retirava recursos e, dessa forma, mexia ou não na base monetária.

"Era difícil, portanto, iniciar qualquer política seria de combate à inflação, sem retomar a monetária. Achamos que as providências ora tomadas colocam de novo na mão do governo a possibilidade de controle, que faremos sobre os meios de pagamento, pois os números do próprio Banco Central mostram que possivelmente a oferta monetária é um pouco mais endógena do que gostaríamos. De qualquer forma, parece-nos que as medidas vão dar ao Governo, de novo, possibilidade de executá-la.

"Construímos uma Lei das S.A. tão perfeita, que ninguém mais pagava impostos".

"Igualmente, o governo havia perdido o controle da política fiscal. Construímos uma Lei de S.A. tão perfeita, que ninguém mais pagava imposto. Estamos, a pouco e pouco, reconquistando a política fiscal, instrumento sem o qual não seria possível a política econômica.

"O Governo havia perdido também o controle da política cambial. O sistema de minidesvalorizações impõe, para funcionar adequadamente, que a taxa de juros interna seja superior à de juros externa, e a manipulação com a mencionada Resolução nº 432, combinada com a inflação interna, havia realmente eliminado a possibilidade de executarmos tal política.

"Da mesma forma, o Governo havia perdido o controle da política salarial.

"Não havia o controle das políticas monetária, fiscal, cambial e salarial".

"Chegamos, pois, a uma situação em que não havia o controle das políticas monetária, fiscal, cambial e salarial.

"O fato de não ter havido uma inflação maior mostra que a economia obedece a certas leis um pouco mais rígidas do que parecem à primeira vista. Há mecanismos internos de compensação que se acabam ajustando.

"A nossa esperança é que, reconquistando a condição de controlar essas quatro políticas, não consigamos fazer pior do que a sua inexistência. É uma esperança, que achamos fundada. Preparamo-nos para, no próximo ano, reduzir, realmente, a taxa de inflação e o déficit na balança comercial.

"Poderia haver alguma dúvida sobre a necessidade da maxidesvalorização ora proposta. Julgamos ser preciso considerar, como está exposto no "press-release" do Banco Central, que estamos diante de um desequilíbrio estrutural de tal magnitude, não corrigível por pequenos "rounds". Tínhamos de alterar os preços relativos das exportações para mudar radicalmente o processo de exportação e, dessa forma, enfrentar o desequilíbrio fundamental a que está sujeita nossa economia, produzido basicamente pela necessidade de nos ajustarmos à crise do petróleo.

"Fazer a maxidesvalorização e depois convencer as pessoas".

Parece-nos, portanto, que não tínhamos outra saída a não ser fazer a maxidesvalorização, e depois convencer as pessoas de que realmente prosseguiremos na linha da minidesvalorização, ganhando novamente a política cambial, uma vez que queremos combiná-la com a monetária. Não seria possível também executarmos nenhuma delas sem uma redução importante dos subsídios creditícios. A partir de agora, não teremos nenhum empréstimo com menos de 40% de correção monetária, e uma taxa de juros ao lado, que possibilitará, no próximo ano, corrigir mais um pouco. Se tivermos sorte em reduzir a inflação, em 2 ou 3 anos teremos eliminado de uma vez o subsídio creditício. A vantagem também dessa correção cambial é permitir eliminar, de uma vez, o prêmio de IPI e de ICM, o que significa um aumento de receita, para a União e para os Estados, sem prejuízo do setor exportador, permitindo executar uma política fiscal mais razoável.

"Teremos uma redução importante da taxa de inflação".

"Creio que a combinação desta possibilidade de execução de uma política monetária digna deste nome com uma política cambial razoavelmente inteligente, ao lado de uma oferta maior no ano próximo, vai permitir-nos inverter a tendência inflacionária. Com a lei recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, o problema salarial, hoje sob controle, deverá provocar ainda algumas repercussões até o fim do primeiro semestre de 1980, quando se farão as correções mais altas de salários. Mas é nossa esperança que a combinação desses instrumentos, o monetário e o cambial, nos permita controlar a demanda e, dessa forma, obter o maior proveito possível do aumento da oferta de alimentos. Isso garante que teremos uma redução importante da taxa de inflação a partir do primeiro semestre do próximo ano..."